

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 85/XII/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de Julho de 2012, pelas 10:25 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:30 horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Apreciação e votação de parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 75/XII/1.ª (GOV) - Procede à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);
 - Proposta de Lei n.º 76/XII/1.ª (GOV) - Procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e medidas privativas de liberdade aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro - Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
 - Proposta de Lei n.º 77/XII/1.ª (GOV) - Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);
 - Proposta de Lei n.º 78/XII/1.ª (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2009 136 CE, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das Comunicações Eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de fevereiro - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);
3. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
4. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
5. Outros assuntos.

11:00 Horas

Audição do Procurador-Geral da República de Angola, Dr. João Maria Moreira de Sousa

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, foi distribuído o Projecto de Lei n.º 259/XII (PCP), que "[Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno](#)", tendo sido nomeado seu Relator o Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD).

No segundo ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 75/XII/1.ª (GOV), que "[Procede à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro](#)", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 85/XII/ 1.ª SL

Em seguida, apresentou brevemente o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 77/XII/1.ª (GOV), que “[Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro](#)”. Intervieram os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Isabel Alves Moreira (PS) que se reportaram a alguns pontos vertidos na opinião da relatora, os quais deveriam ser objeto de ponderação.

Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Pelas 11 horas e dez minutos foi recebida a delegação da Procuradoria-Geral da República de Angola, composta pelo Senhor Procurador-Geral, Dr. João Maria Moreira de Sousa, pelo Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. Domingos Salvador André Baxe, pela Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Dra. Filomena Margarida do Nascimento Gonçalves, pela Senhora Procuradora Provincial, Dra. Maria Paula Ramos Furtado, que vinha acompanhada pelo Senhor Embaixador de Angola em Portugal, Dr. José Marcos Barrica, e da Senhora Vice-Procuradora-Geral da República Portuguesa, Dra. Isabel São Marcos.

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação e realçou a importância deste tipo de contactos, fez referência às competências da Comissão e lembrou o papel do CSMP e da PGR no processo legislativo e o relacionamento institucional existente.

Seguidamente o Senhor Procurador-Geral da República de Angola agradeceu as boas-vindas e expressou a sua satisfação pela realização deste encontro e pela forma como têm sido recebidos na visita a várias instituições judiciais portuguesas.

Usaram então da palavra os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Hugo Velosa (PSD), João Oliveira (PCP) e as Senhoras Deputadas Teresa Anjinho (CDS/PP) e Isabel Moreira (PS), que também cumprimentaram a delegação, teceram alguns comentários acerca do funcionamento do sistema legislativo e judicial português e colocaram questões, designadamente relacionadas com a realidade angolana e com o estado da cooperação entre instituições judiciais dos dois países. Finalmente, o Senhor Procurador-Geral da República de Angola fez algumas considerações e respondeu às questões que lhe foram colocadas. A Senhora Vice-

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 85/XII/ 1.ª SL

Procuradora-Geral da República Portuguesa, Dra. Isabel São Marcos, ainda usou da palavra para agradecer e prestar alguns esclarecimentos suplementares.

A audição terminou às 12 horas.

Retomada a reunião, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 76/XII/1.ª (GOV), que [“Procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e medidas privativas de liberdade aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro”](#). Intervieram os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e João Oliveira (PCP) que debateram algumas das observações do Relator, em particular as que remetiam para pareceres de entidades consultadas sobre a iniciativa, relativas à necessidade de equilíbrio sistemático entre os regimes da pena acessória de expulsão e da liberdade condicional, designadamente em face das recentes alterações introduzidas à Lei da Imigração. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou o seu parecer sobre a Proposta de Lei n.º 78/XII/1.ª (GOV), que [“Transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das Comunicações Eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro”](#), cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), e aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, o relatório sobre a iniciativa europeia *“Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Relatório de 2011 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia” - COM (2012) 169 final –{SWD (2012) 84 final} e {SWD (2012) 85 final}*.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 85/XII/ 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 12-09-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 85/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Elza Pais
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Paulo Rios de Oliveira